

AMOEDAÇÃO DE PRATA NA CASA DA MOEDA DE LISBOA 1721 – 1797

António Miguel Trigueiros

INTRODUÇÃO

Continuamos neste número a divulgação da tese de doutoramento de Rita Martins de Sousa, *Moeda e Metais Preciosos no Portugal Setecentista (1688-1797)*, agora no respeitante à circulação de prata.

Neste caso particular, o estudo da composição da amoeção de prata só pode ser realizado a partir de 1721, pois – como indica a autora – até essa data as fontes contabilísticas da Casa da Moeda não especificam o tipo de moeda cunhada, limitando-se a indicar, de forma genérica, se se tratava de “dinheiro grosso” ou de “dinheiro miúdo”.

As Estatísticas de 1752 – Uma outra conclusão e que reputo importante para nós, diz respeito precisamente à dúvida tantas vezes colocada pelos estudiosos: por que razão as estatísticas publicadas pela Casa da Moeda só têm início em 1752?

Dúvida reforçada desde o conhecimento desta tese, que conseguiu obter os valores da amoeção do ouro desde 1688, e os da prata desde 1721. Pois também aqui a autora responde às nossas dúvidas: dos dois grandes grupos de livros da organização contabilística da Casa da Moeda nos séculos XVII e XVIII, respectivamente, o livro da *Receita Principal* de todo o ouro, prata e cobre que dá entrada na Casa (e que

registra também as receitas resultantes da amoeção); e o livro da *Ementa Principal* de contas entre os oficiais da mesma Casa (e que apenas regista as fases do fabrico da moeda de ouro e de prata, com exclusão do cobre, até à sua entrega já como dinheiro ao Tesoureiro), só desde 1752 é que existem os livros originais, até essa data apenas sobreviveram os livros copiadore, também chamados livros da *Conferência da Ementa* ou da *Receita Principal*.

Ou seja, quando em 1851 se tratou de organizar a publicação estatística das amoeções, o primeiro ano que reunia toda a informação de cobre, prata e ouro era 1752, já que anteriormente a esse ano apenas existiam os registos do ouro e da prata, que a autora pesquisou.

A PRATA NA CIRCULAÇÃO MONETÁRIA SETECENTISTA

Reinado de D. Pedro II – Com a morte de D. Afonso VI em Setembro de 1683, só então são cunhadas moedas em nome de D. Pedro II, as quais mantiveram, numa primeira fase, as características das emissões anteriores. No entanto, logo se pensou em fazer uma profunda reforma do sistema circulante, onde reinava uma profunda confusão, pela coexistência de moedas portuguesas e espanholas com o mesmo valor nominal,

mas com pesos intrínsecos de metais preciosos muito diferentes. Para complicar ainda mais a situação, as sucessivas alterações do valor das moedas verificadas nos reinados anteriores tinham favorecido o regresso à antiga prática do cerceio, isto é, ao corte do bordo exterior das moedas, para venda a peso aos ourives dos fragmentos de ouro e de prata. Registos da época dão conta, por exemplo, que a moeda de prata que mais circulava em Portugal, a *pataca* espanhola (8 reales) e suas frações, aparecia tão cerceada que frequentemente tinha metade do valor intrínseco que devia ter.

Depois de várias tentativas de regulamentação, que se mostraram todas infrutíferas, entre Junho e Dezembro de 1688 foram decretadas algumas medidas drásticas: na moeda de ouro, as de fábrica antiga (de cunhagem manual a martelo) só seriam aceites pelo valor do seu peso, cerceadas ou não, correndo as restantes da fábrica nova (cunhagem mecânica) pelo seu valor nominal; e na moeda de prata portuguesa foram retiradas de circulação todas as espécies antigas, cerceadas ou não, deixando-se correr as patacas espanholas apenas pelo valor do seu peso em prata.

Em simultâneo e para reduzir a perda causada pela recolha a peso da moeda antiga, o valor nominal das moedas de ouro e de prata da fábrica nova foi aumentado de 20 por cento, revertendo essa vantagem para os donos das moedas antigas que as apresentassem. O *quartinho* de 1.000 réis passou a ser aceite por 1.200 réis, e o cruzado de prata de 400 réis, por 480 réis e na mesma proporção as restantes moedas.

Nasceu com esta reforma a designação *cruzado novo*, aplicada à moeda de

prata com o valor de 480 réis, muito embora conservasse o valor facial de 400 réis gravado no anverso, ladeando o escudo nacional. Desde então e durante quase 150 anos, até à reforma decimal de 1835, as moedas portuguesas de ouro e de prata deste sistema foram sendo fabricadas ostentando algarismos que indicavam um valor inferior daquele por que corriam na circulação, uma rotina considerada absurda e que ainda hoje continua sem explicação.

PRATA AMOEDADA EM LISBOA 1688 - 1797

Período	Quantidades (ton)	
	Total	Média anual
1688-1699	54,4	4,5
1704-1708	65,4	13,1
1747-1753	17,0	3,4
1769-1797	114,0	3,9

(Fonte: Rita Martins de Sousa – *Moedas e Metais Preciosos no Portugal Setecentista (1688-1797)*. ISEG, Lisboa, 1999.

Reinado de D. João V – Como vimos anteriormente, a chegada do ouro brasileiro só se começou a fazer sentir desde 1700, tendo o seu apogeu na década de 1730, com uma média anual de 16 toneladas. Associado a esta grande afluência de ouro às casas da moeda nacionais (continentais e provinciais), notava-se, no entanto, uma enorme escassez de prata amoedável, o que provocava falta de trocos. Uma situação algo estranha, já que em finais do século XVII a amoedação de prata em Lisboa tinha atingido volumes muito significativos, 4,5 toneladas em média anual, entre 1688 e 1699.

Esta situação de predominância de prata circulante em relação ao ouro iria

ser radicalmente alterada com a entrada de Portugal na guerra da Sucessão de Espanha (1703-1714), cujas despesas absorveram toda a prata amoedada entre 1704 e 1708, no total de mais de 65 toneladas.

Tão grave foi esta escassez de prata que a Casa da Moeda de Lisboa praticamente deixou de cunhar moedas deste metal entre 1709 e 1747, recorrendo-se às patacas espanholas para abastecer o mercado e canalizando-se toda a prata disponível para a fundição da liga necessária para a moeda de ouro.

A conjugação destes dois factos, a grande abundância de ouro e a escassez de prata, que marcou a circulação monetária do reinado de D. João V, foi também determinante na decisão tomada em 1718 de substituir a cunhagem do cruzado novo de prata por uma moeda de ouro do mesmo valor (480 réis), que de tão pequena seria inicialmente designada por *moedinha* (diâmetro 14 mm, peso 1,07 g) e, mais tarde, alcunhada com o sugestivo nome de *pinto* –, bem como, de lançar desde 1722 a nova série dos escudos e dobras.

A escassez de prata seria colmatada pela revalorização do metal em 1747, o que permitiu atrair mais vendedores à Casa da Moeda e retomar as amoedações dos cruzados novos (480 réis) e dos doze vinténs (240 réis), interrompidas que estavam desde 1708.

Reinado de D. José I – O valor do ouro e da prata não sofreram qualquer alteração, e as profundas reformas institucionais decretadas pelo marquês de Pombal, designadamente na área do Tesouro, permitiram disciplinar as contas públicas e gerir as despesas do Estado com maior eficiência, o que se traduziu num equilíbrio orçamental.

Apesar da retoma na amoedação de prata verificada desde 1747, a produção em Lisboa continuou muito esporádica e descontinua, apenas superando as 29 toneladas amoedadas durante este reinado.

Os livros da Casa da Moeda pesquisados apenas indicam ter havido amoedação de prata em 1752-1753 (o que é confirmado pelas datas conhecidas nos 12 vinténs) e entre 1769 e 1775 (com exclusão do ano de 1772, o que também é confirmado pelas datas nas moedas). No entanto, existem cruzados novos e meios cruzados cunhados com os anos de 1762, 1763, 1766, 1767 e 1768, o que não deixa de ser perturbador: terá a autora desta tese negligenciado alguma outra fonte?

“A inexistência de amoedação de prata na década de 1760 não significou a ausência de entradas deste metal no Erário Régio. Sendo este um período em que ocorreu a guerra com Castela, um aviso da Secretaria de estado dos Negócios do Reino, datado de 10 de Setembro de 1763, ordenou a venda forçada da prata entrada na Casa da Moeda e que tinha como destino os particulares”, deu conta a autora, que também contabilizou em 2.349 quilos as entregas de prata até 1766, e mais entraria nos anos seguintes.

Perante a evidência numismática, o que ficou por explicar nesta tese é a ausência dos registos das amoedações de prata nesses anos de 1762 a 1768.

Nos mercados portugueses continentais, insulano e ultramarino, a moeda que mais circulava era a pataca espanhola (8 reales, valendo 800 réis) e suas fracções. Em 1773 iniciou-se a sua recunhagem e transformação em moeda nacional, uma prática que teve continui-

dade nas décadas seguintes, e em tão grandes quantidades, que em breve o volume da amoedação da prata iria ultrapassar a do ouro.

Reinado de D. Maria I – No que respeita à prata, o facto mais significativo teve lugar em 1785, quando se determinou a recolha e a recunhagem de todas as patacas espanholas em circulação, bem como de outras moedas estrangeiras, nomeadamente francesas, que deixaram de ser aceites nos pagamentos.

A recunhagem em moeda nacional do metal dessas moedas atingiu quantidades elevadas neste reinado – uma média anual superior a 5 toneladas entre 1778 e 1797 –, o que permitiu à Casa da Moeda de Lisboa relançar as moedas de maior peso e valor, cruzados novos e seus meios, cuja circulação se tornou preponderante, vindo a ocupar o espaço deixado pela decréscimo da amoedação de ouro.

Com a entrada de Portugal nas Campanhas do Rossilhão (1793-1795), na região pirenaica francesa, ao lado da Espanha e da Grã-Bretanha contra a França, a situação financeira portuguesa agravou-se. Pela primeira vez desde as guerras da Restauração, as despesas militares não foram cobertas com recurso à desvalorização da moeda metálica, ou ao desvio de substanciais somas de prata amoedada, com que era hábito pagar a soldada dos militares. Em vez disso, recorreu-se a um empréstimo público de valor muito elevado (4800 contos de réis, equivalente a 80 por cento das receitas públicas ordinárias em 1793).

O fracasso dessa operação levou o Governo a lançar mão de um expediente inédito em Portugal: a emissão de papel-moeda legalmente equivalente à

moeda metálica, sob a forma de pequenas apólices fabricadas na Imprensa Nacional de Lisboa, com valores entre 20 000 e 1200 réis, que venciam juros, mas tinham curso forçado como se tratassem de espécies metálicas.

Iniciada em Agosto de 1797, com uma emissão autorizada de 1200 contos de réis, este primeiro papel fiduciário do Estado prolongou-se até 1799, quando já tinham sido emitidos 16 514 contos, ou seja, quase 14 vezes o montante legalmente autorizado. Deste facto resultou tal descrédito sobre as Apólices do Real Erário (como eram designadas), que em breve começaram a circular com desconto, que chegou a atingir metade do seu valor nominal.

As consequências deste abuso do Estado emissor foram devastadoras para a economia nacional: além de terem sido rejeitadas pelos agentes económicos residentes fora das cidades de Lisboa e do Porto, provocaram o entesouramento da moeda metálica, uma desvalorização da unidade monetária portuguesa nos mercados de câmbios e uma inflação generalizada, que chegou a atingir 60 por cento no final do século.

E logo a seguir Portugal entra em rota de colisão com os interesses da França imperial, perde a praça de Olivença na humilhante “Guerra das Laranjas” (1801) e a sua independência política com as primeiras invasões francesas (1807).

A prosperidade económica e a estabilidade monetária das últimas décadas do século XVIII deram lugar nos primeiros anos do século XIX a uma depressão, cuja recuperação seria muito lenta, o regresso à normalidade levaria meio século a ser alcançado. □

CASA DA MOEDA DE LISBOA
ESTATÍSTICA DAS AMOEDAÇÕES 1721 - 1797

Quadro III - PRATA : Série dos "Cruzados Novos"

(unidades de moedas)

<u>Ano</u>	<u>Cruzado</u> <u>Novo</u> (\$480)	<u>Doze</u> <u>Vinténs</u> (\$240)	<u>Seis</u> <u>Vinténs</u> (\$120)	<u>Tostão</u> (\$100)	<u>Três</u> <u>Vinténs</u> (\$60)	<u>Meio</u> <u>Tostão</u> (\$50)	<u>Vintém</u> (\$20)
Reinado de D. João V							
1721	0	0	0	1.377	3.844	4.624	9.930
1731	0	1.012	2.260	3.736	5.931	5.461	8.168
1747	0	160.436	306.693	299.106	257.400	215.425	0
1748	0	228.510	761.875	590.970	162.405	185.318	30.400
1749	0	308.328	112.852	81.954	283.819	127.331	26.647
1750	Existem moedas cunhadas com a era de 1750						
Reinado de D. José I							
1752	0	281.876	43.991	25.073	3.857	10.679	0
1753	0	34.591	11.137	0	0	5.548	0
1762	Existem moedas cunhadas com a era de 1762, 1763, 1766 e 1768, cuja estatística das amoedações não ficou registada						
1769	656.498	1.192.305	276.256	318.521	273.765	231.326	31.300
1770	142.825	38.250	0	0	0	0	0
1771	2.935	2.983	0	0	0	0	0
1772	0	0	0	0	0	0	0
1773	0	8.834	1.927	0	0	0	0
1774	56.500	30.961	48.544	38.846	22.354	18.145	0
1775	38.132	44.603	50.658	45.621	84.966	64.479	0
Reinado de D. Maria I							
1778	1.725	4.476	8.038	14.990	10.606	10.464	0
1779	126.879	0	0	0	0	0	0
1780	346.757	2.100.552	101.020	29.305	40.924	32.663	0

<u>Ano</u>	<u>Cruzado</u>	<u>Doze</u>	<u>Seis</u>		<u>Três</u>	<u>Meio</u>	
	<u>Novo</u>	<u>Vinténs</u>	<u>Vinténs</u>	<u>Tostão</u>	<u>Vinténs</u>	<u>Tostão</u>	<u>Vintém</u>
	(\$480)	(\$240)	(\$120)	(\$100)	(\$60)	(\$50)	(\$20)

Reinado de D. Maria I (cont.)

1781	576.018	213.376	20.108	0	0	1.463	0
1782	1.097.251	58.002	50.348	45.140	30.417	53.999	0
1783	3.250	18.385	13.022	0	0	0	0
1784	145.746	85.983	75.040	44.073	17.439	33.281	0
1785	11.288	15.673	0	0	0	0	0
1786	2.039	7.294	27.375	15.667	16.769	14.358	0
1787	0	0	0	0	0	25.053	0
1788	1.620	6.405	12.602	15.093	31.971	25.226	0
1791	2.312	5.733	12.919	15.510	34.245	14.205	0
1792	6.750	6.218	26.914	21.754	30.412	27.607	0
1793	499.617	95.586	18.815	19.102	28.829	25.269	0
1794	336.901	19.286	0	0	0	0	0
1795	715.544	0	0	0	0	17.497	0
1796	476.346	6.698	12.527	15.057	30.117	29.600	0
1797	1.013.140	0	0	0	0	33.368	0

Fontes: AHCM, *Livros da Ementa Principal 1721-1797*

Notas: (1) As únicas moedas com indicação da era da cunhagem são os cruzados e meios cruzados-novos

(2) Composição da amoedação da série dos cruzados-novos, entre 1721 e 1797 (por tipo de moedas):

Moedas (réis)	Quantidade	%	Valor (c.)	%
480	6.260.073	39,9	3.005	70,0
240	3.086.356	19,7	741	17,3
120	1.994.921	12,7	239	5,6
60	1.212.389	7,7	73	1,7